

**TRANSIÇÃO ENERGÉTICA PARA QUEM? O MATOPIBA E A EXPANSÃO  
AGROENERGÉTICA A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DE MEGAPROJETOS**

*ENERGY TRANSITION FOR WHOM? MATOPIBA AND THE EXPANSION OF  
AGROENERGY THROUGH MEGAPROJECTS*

*¿TRANSICIÓN ENERGÉTICA PARA QUIÉN? EL MATOPIBA Y LA EXPANSIÓN  
AGROENERGÉTICA A PARTIR DE MEGAPROYECTOS*

---

**Luna Emanuela Monteles Silva**

E-mail: luna.monteles@mail.uft.edu.br

**Fabiana Scoleso**

E-mail: fscoleso@mail.uft.edu.br

**ABSTRACT:**

The climate crisis has placed energy at the center of global agendas, with the transition to renewable sources being presented as an inevitable path to address contemporary environmental and social challenges. However, a fundamental question remains: to which interests of the agro-export complex is the expansion of biofuel production in MATOPIBA articulated? This question guides the present study, which aims to analyze the production chain in MATOPIBA within the context of the energy transition, considering its associated contradictions. MATOPIBA, a region comprising municipalities in the states of Maranhão, Tocantins, Piauí, and Bahia, located within the Cerrado biome, has consolidated itself in recent decades as a high-productivity agricultural frontier, a condition that has extended into the energy sector. The research adopts a qualitative, descriptive-exploratory approach, based on secondary data and the analysis of empirical evidence related to investments, megaprojects, and infrastructure in the region. The findings indicate that, rather than representing a rupture with historical patterns of exploitation, the expansion in MATOPIBA reinforces dynamics that legitimize a model in which the territory remains subordinated to the demands of the transnational capitalist class. The observed energy transition is shown to be selective and uneven, primarily responding to external and corporate interests, thereby reproducing structural contradictions and highlighting the need to rethink pathways that integrate environmental and social justice.

**KEYWORDS:** MATOPIBA; Biofuels; ZEIA; Energy; Capital.

**RESUMO:**

A crise climática colocou a energia no centro das agendas globais, com a transição para fontes renováveis sendo apresentada como caminho inevitável para enfrentar os desafios ambientais e sociais contemporâneos. Contudo, permanece a questão fundamental: a quais interesses do complexo agroexportador se articula a expansão da produção de biocombustíveis no Matopiba? Essa indagação orienta o presente trabalho, que busca analisar a cadeia de produção no Matopiba para a transição energética, considerando as contradições associadas. O Matopiba, região composta por municípios do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia e inserida no bioma Cerrado, consolidou-se nas últimas décadas como fronteira agrícola de alta produtividade, essa condição ampliou-se para o campo energético. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo-exploratório, baseada em dados secundários e análise de evidências empíricas sobre investimentos, megaprojetos e infraestrutura na região. Os resultados apontam que, longe de representar uma ruptura com padrões históricos de exploração, a expansão no MATOPIBA reforça dinâmicas de legitimação de um modelo que mantém o território subordinado às demandas da classe capitalista transnacional. Aponta-se que a transição energética observada é seletiva e desigual, respondendo prioritariamente a interesses externos e corporativos, reproduzindo contradições estruturais, evidenciando a necessidade de repensar caminhos que articulem justiça ambiental e social.

**PALAVRAS-CHAVE:** MATOPIBA; Biocombustíveis; ZEIA; Energia; Capital.

**RESUMEN:**

La crisis climática ha colocado la energía en el centro de las agendas globales, con la transición hacia fuentes renovables presentada como un camino inevitable para enfrentar los desafíos ambientales y sociales contemporáneos. Sin embargo, persiste una cuestión fundamental: ¿a qué intereses del complejo agroexportador se articula la expansión de la producción de biocombustibles en el MATOPIBA? Esta interrogante orienta el presente trabajo, que busca analizar la cadena de producción en el MATOPIBA en el contexto de la transición energética, considerando sus contradicciones asociadas. El MATOPIBA, región compuesta por municipios de los estados de Maranhão, Tocantins, Piauí y Bahia, e inserta en el bioma Cerrado, se ha consolidado en las últimas décadas como una frontera agrícola de alta productividad, condición que se ha extendido al ámbito energético. La investigación adopta un enfoque cualitativo, de carácter descriptivo-exploratorio, basado en datos secundarios y en el análisis de evidencias empíricas sobre inversiones, megaproyectos e infraestructura en la región. Los resultados indican que, lejos de representar una ruptura con patrones históricos de explotación, la expansión en el MATOPIBA refuerza dinámicas de legitimación de un modelo que mantiene el territorio subordinado a las demandas de la clase capitalista transnacional. Se observa que la transición energética es selectiva y desigual, respondiendo prioritariamente a intereses externos y corporativos, reproduciendo contradicciones estructurales y evidenciando la necesidad de repensar caminos que articulen justicia ambiental y social.

**PALABRAS CLAVE:** MATOPIBA; Biocombustibles; ZEIA; Energía; Capital.

## **INTRODUÇÃO**

A crise climática contemporânea configura-se como um dos maiores dilemas civilizatórios do século XXI, marcada pelo aumento das temperaturas médias globais, pela intensificação de eventos extremos e pela crescente pressão sobre ecossistemas já fragilizados. No cerne desse debate encontra-se a questão energética, que se apresenta simultaneamente como vetor de degradação ambiental, em razão da dependência histórica de combustíveis fósseis, e como horizonte de transformação, por meio da busca por alternativas renováveis. A chamada transição energética, nesse contexto, tem sido apresentada em fóruns multilaterais e em políticas nacionais como caminho inevitável para a redução das emissões de gases de efeito estufa. Contudo, essa promessa não se concretiza de forma homogênea: diferentes territórios vivenciam a transição de maneira desigual, revelando que não se trata apenas de uma mudança tecnológica, mas de uma reconfiguração das relações de poder, da acumulação e da apropriação dos recursos naturais.

Desde a COP21 de Paris (2015), a transição energética tornou-se eixo central das estratégias internacionais de enfrentamento da crise climática, articulando compromissos de descarbonização com incentivos à diversificação da matriz energética. Documentos como a Agenda 2030 da ONU, especialmente o ODS 7, reforçam a centralidade da energia como elemento estruturante do desenvolvimento sustentável. A realização da COP30 em Belém, em 2025, evidencia ainda mais a relevância da América do Sul e do Brasil nesse debate, ao colocar

em destaque territórios como a Amazônia e o Cerrado, que se tornam mercadorias estratégicas no mercado global de carbono e bioenergia. É nesse cenário que o Matopiba emerge como fronteira agrícola e energética, traduzindo em escala regional as contradições da transição energética global.

A questão que se impõe, portanto, é: transição para quem e em benefício de quê? A retórica da sustentabilidade pode ocultar a reprodução de padrões históricos de exploração e subordinação às demandas do capital transnacional. A análise das dinâmicas concretas da transição energética permite identificar seus potenciais benefícios, mas também seus limites e contradições, sobretudo em regiões cuja função na economia global está marcada pela produção intensiva de commodities agrícolas e energéticas.

O Matopiba, acrônimo que designa 336 municípios distribuídos entre Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, inseridos no bioma Cerrado, consolidou-se como espaço de alta produtividade agrícola, com destaque para soja, milho e algodão. Essa expansão, sustentada por insumos modernos e pela presença de grandes corporações, tem provocado transformações econômicas e sociais de grande escala, posicionando a região como fronteira estratégica da acumulação contemporânea. A apropriação do conceito de Zona Específica de Intensa Acumulação (ZEIA), formulado por Palacios (2019; 2023), permite compreender o Matopiba como território privilegiado da acumulação intensiva, articulado por complexos de infraestrutura logística e energética que conectam microrregiões e zonas urbanas às cadeias globais de valor. Trata-se de uma abstração analítica que revela como realidades locais se inscrevem em processos globais de expansão do capital, reproduzindo desigualdades estruturais.

Diante desse quadro, o presente trabalho tem como objetivo investigar a dinâmica de expansão dos biocombustíveis no Matopiba, com base em investimentos e na instalação de infraestruturas, a fim de compreender em que medida essa produção se articula à agenda da transição energética. Parte-se do pressuposto de que, embora legitimada pelo discurso da sustentabilidade, a expansão da bioenergia insere-se em um contexto de mercantilização da natureza e de reprodução das desigualdades socioambientais. Ao relacionar a expansão agrícola e energética com a lógica da mundialização do capital, busca-se evidenciar as contradições do discurso neoliberal que sustenta a transição energética e seus limites em territórios periféricos. Nesse sentido, torna-se pertinente retomar a indagação de Sánchez (2024, p. 17): “¿Quién gana? ¿Y de qué manera? con las transiciones energéticas.”

## **METODOLOGIA E MÉTODOS**

A presente investigação insere-se no campo das pesquisas de caráter descritivo-exploratório, orientada por uma abordagem qualitativa que busca compreender processos sociais complexos em sua historicidade e nas contradições que os estruturam. Conforme discutido por King, Keohane e Verba (1994), a pesquisa qualitativa não se limita à ausência de quantificação, mas se fundamenta na construção de inferências consistentes a partir de dados empíricos, articulando variáveis e argumentos em contextos específicos. Nesse sentido, o estudo procura relacionar a expansão da fronteira agrícola e dos biocombustíveis no Matopiba com referenciais críticos capazes de interpretar tais dinâmicas como parte da lógica mais ampla da mundialização do capital.

O levantamento de dados baseou-se em fontes secundárias provenientes de instituições nacionais e internacionais. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) forneceu informações sobre área plantada e produção agrícola; a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) disponibilizou dados sobre safras e estimativas de grãos. Esses insumos foram complementados por relatórios técnicos, artigos científicos e documentos setoriais, compondo um quadro analítico que permitiu compreender a dinâmica territorial e produtiva em sua dimensão integrada. Para situar a pesquisa no campo das Relações Internacionais, procedeu-se à identificação dos principais agentes econômicos atuantes no setor energético e agrícola, com ênfase na origem do capital e na atuação de corporações transnacionais. Essa etapa incluiu o mapeamento de investimentos e da instalação de infraestruturas produtivas especialmente biorrefinarias vinculadas ao setor de agrocombustíveis, evidenciando a inserção da região em cadeias globais de produção e circulação de commodities.

#### Fontes de dados utilizadas na pesquisa

<b>Tipo de fonte</b>	<b>Instituição/Documento</b>	<b>Finalidade</b>
Estatísticas oficiais	IBGE	Área plantada e produção agrícola
Estatísticas oficiais	CONAB	Safras e estimativas de grãos
Relatórios técnicos	Órgãos setoriais nacionais e internacionais	Informações sobre dinâmicas produtivas
Artigos científicos	Pesquisadores da área	Fundamentação teórica e crítica
Documentos setoriais	Empresas e associações	Dados sobre investimentos e infraestrutura
Informações de mercado	Corporações transnacionais	Identificação de agentes econômicos e origem do capital

Do ponto de vista teórico, a pesquisa ancora-se na Economia Política Crítica, em diálogo com a Ecologia Política Crítica, reconhecendo que a expansão agroenergética no Matopiba não pode ser dissociada da lógica global de acumulação capitalista. Chesnais (1996) caracteriza esse processo como mundialização do capital, etapa histórica em que territórios periféricos são

reorganizados para atender às necessidades de valorização do capital transnacional. Svampa (2019), ao discutir o consenso das commodities e o neoextrativismo, evidencia como esse modelo é legitimado pelo discurso da modernização e da sustentabilidade, ainda que reforce desigualdades estruturais. Harvey (2011), por sua vez, analisa os ajustes espaciais que permitem ao capital superar crises de reprodução, enquanto Palacios, Contreras e Scoleso (2023) introduzem o conceito de Zonas Específicas de Intensa Acumulação (ZEIA), apropriado neste estudo para caracterizar o Matopiba como polo estratégico da acumulação contemporânea. Scoleso (2021) demonstra como a classe capitalista transnacional reorganiza territórios e redefine suas funções produtivas, reforçando a seletividade espacial e a concentração de poder.

É importante reconhecer as limitações da pesquisa. Por tratar-se de um estudo baseado em fontes secundárias, não foi possível realizar trabalho de campo ou coletar dados primários, o que restringe a análise de dimensões subjetivas e cotidianas. Além disso, a disponibilidade de informações atualizadas sobre investimentos privados em biocombustíveis permanece fragmentada, dificultando estimativas precisas. Apesar dessas restrições, a triangulação entre diferentes bases de dados e a adoção de um referencial crítico conferem robustez à análise, permitindo evidenciar como o Matopiba se insere em um contexto mais amplo de territorialização do capital e intensificação das contradições socioambientais.

#### Referenciais teóricos mobilizados

<b>Autor</b>	<b>Contribuição teórica</b>	<b>Aplicação ao estudo</b>
King, Keohane e Verba (1994)	Metodologia qualitativa e inferências consistentes	Fundamentação metodológica
Chesnais (1996)	Mundialização do capital	Interpretação da reorganização de territórios periféricos
Svampa (2019)	Consenso das commodities e neoextrativismo	Crítica ao modelo de desenvolvimento latino-americano
Harvey (2011)	Ajustes espaciais do capital	Explicação da expansão territorial como resposta às crises
Palacios, Contreras e Scoleso (2023)	Conceito de ZEIA	Caracterização do Matopiba como polo estratégico
Scoleso (2021)	Classe capitalista transnacional	Análise da reorganização territorial e produtiva

Este trabalho nasce de um incômodo acadêmico: a escassez de estudos que enfrentem criticamente a expansão dos agrocombustíveis no Matopiba, sobretudo quando vinculada à agenda da transição energética conduzida por corporações que reivindicam sustentabilidade. Ao enfatizar os empreendimentos de produção de energia como uma frente recente de intensificação

de impactos econômicos e socioambientais, a pesquisa busca não apenas contribuir para o debate científico, mas também provocar reflexão crítica. A expectativa é que o leitor se confronte com as contradições aqui expostas e se incomode, tal como a própria pesquisa se incomodou, diante da persistência de lógicas extrativas que se apresentam sob o manto da transição energética.

## **DADOS, RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A noção de transição energética ganhou força a partir da crise do petróleo nos anos 1970, quando organismos internacionais passaram a difundir o termo como alternativa ao conceito de “crise energética”. Mais do que uma simples mudança semântica, tratava-se de uma estratégia discursiva que buscava transmitir a ideia de controle e previsibilidade, associando a questão energética às racionalidades de gestão e planejamento típicas da modernidade. Entretanto, como observa Cataia (2022), a história da energia não se caracteriza por substituições lineares, da lenha ao carvão, do carvão ao petróleo e deste à energia nuclear —, mas por adições sucessivas de novas fontes primárias. Nesse sentido, o discurso da transição mascara a permanência estrutural dos combustíveis fósseis e legitima a expansão de novas matrizes sem alterar a lógica subjacente da acumulação capitalista.

A perspectiva dominante da transição energética insere-se no que se convencionou chamar de capitalismo verde, cuja narrativa sustenta que bastaria substituir combustíveis fósseis por fontes renováveis e desenvolver mecanismos de mercado para alcançar uma transição justa. Essa visão, como argumentam Mello, Malerba e Tupinambá (2024), reduz a energia a uma dimensão mercadológica, apartada de seus contextos sociais e políticos, resultando em uma ecologização superficial do capitalismo. O problema central é que tal abordagem não enfrenta as desigualdades estruturais nem altera as relações de poder que sustentam a crise energética e ambiental, funcionando como uma máscara ideológica que legitima a continuidade da exploração.

No plano das relações internacionais, essa lógica se articula à linguagem neoliberal que projeta países periféricos como “grandes players” do mercado global de alimentos e, mais recentemente, como fornecedores estratégicos de energia. A intensificação produtiva, viabilizada pela incorporação de meios técnicos, científicos e informacionais, não apenas amplia a produção, mas acelera os fluxos de mercadorias em direção aos mercados internacionais (Alves et al., 2024; Santos, 1997). Para sustentar essa dinâmica, consolida-se uma rede de logística, transporte, comunicação e energia que insere territórios como o Matopiba em cadeias globais de valor, reafirmando a continuidade das lógicas de acumulação sob novas narrativas de sustentabilidade.

As contradições tornam-se evidentes quando se observa o modo como o capitalismo produz e destrói seus próprios espaços. A cada inovação energética corresponde um processo de destruição, em um movimento dialético de “construção e destruição” (Cataia, 2022). Harvey (2004) denomina esse processo de destruição criativa, ao mostrar que o capital, em sua busca por superar crises de sobreacumulação, cria geografias à sua própria imagem para, posteriormente, desvalorizá-las e descartá-las. Assim, megaprojetos energéticos apresentados como “limpos” cumprem também a função de absorver excedentes de capital, reproduzindo desigualdades socioespaciais e impactos ambientais.

Além disso, a transição energética abre novas frentes de exploração de recursos naturais. Embora vento e sol sejam renováveis, as cadeias industriais que os sustentam dependem de minérios críticos como lítio e terras raras, cuja extração gera devastação socioambiental. Ferreira (2024) destaca que essa política organiza “enclaves de extração energética” e cadeias globais de mercantilização mineral, instaurando novas heteronomias nas periferias do capitalismo. Nesse processo, a promessa de modernização ecológica revela-se inseparável da intensificação de formas coloniais de apropriação da natureza.

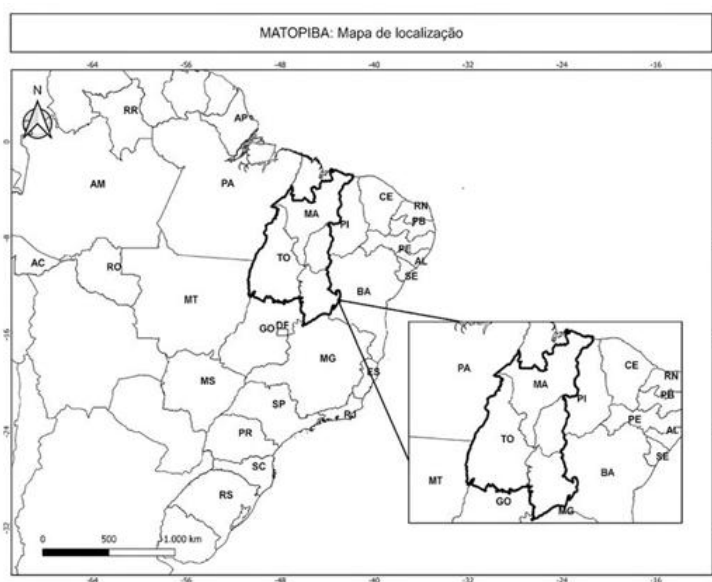
É nesse ponto que a crítica latino-americana ao neoextrativismo se torna fundamental. Svampa (2012) define o consenso das commodities como o momento histórico em que a exportação massiva de bens primários se tornou vetor privilegiado de desenvolvimento na América Latina, apoiado em narrativas de inclusão social e sustentabilidade. Gudynas (2009) reforça que esse modelo aprofunda a dependência de recursos naturais e reconfigura o extrativismo sob a roupagem da sustentabilidade. A transição energética, ao demandar novas cadeias minerais e agroenergéticas, insere-se plenamente nessa lógica, deslocando contradições ambientais e sociais para territórios periféricos.

Dessa forma, a chamada transição energética deve ser compreendida menos como ruptura e mais como acomodação do capital. Como sintetiza Cataia (2022), o fundamental não está em um “ecocapitalismo”, mas na luta de classes, fundamento das desigualdades que movem a mais-valia global. O discurso da sustentabilidade, ao legitimar megaprojetos e cadeias extrativas, opera como ideologia que encobre a reprodução da acumulação em crise. A promessa de um futuro limpo, portanto, é inseparável da destruição criativa, da intensificação do neoextrativismo e da manutenção de estruturas desiguais no sistema-mundo.

Nesse cenário, o Matopiba emerge como uma das principais fronteiras agrícolas do Brasil, caracterizada pela conversão acelerada do Cerrado em lavouras de soja, milho e algodão. Mais do que uma expansão territorial, trata-se da constituição de uma região estratégica para a mundialização do capital, operando simultaneamente como plataforma de exportação de grãos e como polo emergente de agroenergia. A análise crítica desse processo revela que o Matopiba não

apenas reproduz as contradições globais da transição energética, mas as intensifica, tornando-se espaço privilegiado da acumulação contemporânea e das disputas socioambientais que definem o século XXI.

**Figura 1 - Delimitação territorial do Matopiba**



**Fonte:** IBGE (2022); Embrapa (2014); Elaboração: Grupo de Estudos Geografia, Trabalho e Ambiente

A partir da perspectiva do capitalismo global, as Zonas Específicas de Intensa Acumulação (ZEIA) podem ser compreendidas como territórios moldados para a concentração de capitais em escala mundial, resultado de ajustes espaciais que articulam infraestrutura física, marcos jurídicos e dispositivos de segurança voltados à maximização de ganhos extraordinários. Nessas zonas, o capital transnacional encontra condições privilegiadas para acumulação acelerada, mas, simultaneamente, intensificam-se contradições sociais, ambientais e territoriais. O Matopiba insere-se nesse enquadramento não apenas como fronteira agrícola, mas como uma ZEIA vinculada ao agronegócio global, marcada pela concentração fundiária, pela expansão da monocultura e pela integração direta às cadeias internacionais de valor.

Scoleso (2021) observa que a nova fase da mundialização do capital no século XXI intensificou a subordinação da natureza e dos territórios a uma lógica produtiva altamente tecnológica, sustentada por biotecnologia, nanotecnologia e agricultura digital. Esse avanço, visível na Amazônia Legal e no Cerrado, incluindo o Matopiba, tem resultado na expropriação de terras de camponeses e comunidades tradicionais, ampliando a reprimarização da pauta exportadora brasileira e reforçando a inserção subordinada da região nas cadeias globais de valor.

Oliveira (2014) acrescenta que a monopolização do território agrícola brasileiro é conduzida por corporações que controlam a circulação das mercadorias sem necessariamente produzir no campo, instaurando o que denomina “territorialização do monopólio”. No Matopiba, esse processo se traduz na expansão de fundos de investimento em terras, na presença de multinacionais de insumos e no fortalecimento da cadeia de biocombustíveis, em que soja e milho são destinados tanto à exportação quanto à produção de biodiesel e etanol.

O Matopiba, portanto, deve ser interpretado como espaço emblemático da expansão contemporânea do capital transnacional, configurando-se como ZEIA. A territorialização do agronegócio expressa um ajuste espacial do capital em que a produção de alimentos e energia se entrelaça à financeirização da terra e ao avanço de cadeias extrativas. Trata-se de um polo estratégico que, além de abastecer o mercado internacional de commodities, insere-se na lógica da transição energética legitimada pelo discurso verde, contribuindo para a reprodução das contradições do capitalismo global.

Robinson (2004) argumenta que, na fase atual do capitalismo, áreas estratégicas tornam-se subordinadas à supremacia territorial de organismos transnacionais, incluindo corporações, instituições financeiras e agências multilaterais. Esse processo evidencia a formação de um estado transnacional emergente e a consolidação de uma classe capitalista transnacional (CCT), que controla fluxos de capital, cadeias produtivas e infraestrutura econômica em escala global (Scoleso, 2023). No Matopiba, essa lógica se materializa na expansão da monocultura e na intensificação do uso de agrotóxicos, comprometendo biodiversidade e recursos hídricos, como destacam Mello et al. (2024). A especialização agrícola voltada à exportação desloca a produção de alimentos, compromete a diversidade agrícola e aprofunda vulnerabilidades socioeconômicas locais.

Dados recentes do IBGE confirmam a magnitude desse processo: a soja ocupa cerca de 1,2 milhão de hectares no Maranhão, 1,4 milhão no Tocantins, 1 milhão no Piauí e mais de 2 milhões na Bahia, totalizando uma produção superior a 32 milhões de toneladas de grãos. Essa expansão territorial insere-se em uma lógica de apropriação corporativa, em que grandes agroindústrias se consolidam como agentes centrais da reorganização produtiva e territorial. Paralelamente, observa-se a intensificação da produção de biocombustíveis, com a instalação de novas biorrefinarias na Bahia e no Maranhão, somando investimentos bilionários e projetando a região como polo emergente de agroenergia. Esses empreendimentos, como os da Petrobahia e da Inpasa, articulam-se a redes transnacionais de fornecimento e financiamento, reforçando a seletividade espacial do capital, que privilegia áreas com maior infraestrutura logística.

Esse movimento revela a atuação da CCT na configuração produtiva do Matopiba e sua inserção em cadeias globais de valor. Contudo, a distribuição desigual dos investimentos entre os

estados da região evidencia a lógica seletiva da territorialização do capital, que concentra empreendimentos em áreas estratégicas, como Bahia e Maranhão, enquanto o Piauí permanece marginalizado. Dessa forma, os resultados preliminares apontam para uma intensificação dos investimentos na fronteira agrícola do Matopiba, com impactos significativos na reorganização territorial e na estrutura produtiva regional. A expansão dos biocombustíveis insere-se em um contexto de mercantilização da energia, reforçando dinâmicas de concentração de terra e poder sem alterar as estruturas que sustentam o modelo dominante.

A presença de empresas de capital internacional no Matopiba pode ser interpretada à luz do consenso das commodities formulado por Svampa (2019), segundo o qual o crescimento econômico latino-americano tem se apoiado na intensificação do extrativismo e na exportação de bens primários sob narrativas de modernização e sustentabilidade. No Matopiba, esse padrão manifesta-se na forte presença de corporações estrangeiras que atuam tanto na produção de grãos quanto no setor de energias alternativas, consolidando a região como ZEIA. Essa configuração evidencia a centralidade do capital corporativo transnacional na conformação produtiva e energética do território, reafirmando o papel do Matopiba como espaço estratégico da acumulação contemporânea e das contradições socioambientais que marcam o capitalismo global.

**Tabela 1 - Brasil: territorialização de empresas de capital internacional de exploração de recursos naturais no MATOPIBA (2013-2019).**

<b>Empresas</b>	<b>Origem</b>	<b>Atuação no MATOPIBA</b>
Adecoagro Brasil Participações S.A.	<b>EUA</b>	Grãos (BA, TO)
Atlantic Energias Renováveis	<b>Reino Unido</b>	Energias alternativas (BA)
Cargill Agrícola S.A.	<b>EUA</b>	Grãos (BA, MA, TO)
CHS Inc. (via NovaAgri)	<b>EUA</b>	Grãos (MA, PI, TO)
CGN Energy International Holdings	<b>China</b>	Energias alternativas (BA, PI)
Enel Green Power	<b>Itália</b>	Energias alternativas (BA, PI)
Global Power Generation (Naturgy, Gransolar)	<b>Espanha</b>	Energias alternativas (PI)
TIAA	<b>EUA, Alemanha, Países Baixos, Suécia</b>	Grãos e mercado de terras (MA, TO, PI, BA)

**Fonte:** DATALUTA. Organização: Scoleso e Bigoni (2024).

A promessa de uma transição justa e sustentável cede lugar, assim, a uma transição seletiva: voltada a atender às demandas do capital transnacional e dos mercados globais, enquanto

populações locais permanecem submetidas a processos de expropriação, expulsão e vulnerabilidade. Dessa forma, o Matopiba exemplifica como a transição energética, longe de representar uma ruptura emancipatória, tem funcionado como mais uma engrenagem dessa lógica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa confirmam que o Matopiba se consolidou como um espaço estratégico da acumulação capitalista contemporânea, articulando a expansão da produção de grãos e a intensificação das cadeias de bioenergia às dinâmicas da mundialização do capital. Longe de representar uma ruptura com padrões anteriores de exploração, a chamada transição energética revela-se como um processo seletivo e excludente, no qual novos empreendimentos reforçam estruturas históricas de concentração territorial e de poder. O discurso verde, nesse contexto, opera como instrumento de legitimação, mascarando contradições e naturalizando práticas que mantêm a região subordinada às demandas globais.

A utilização do conceito de Zona Específica de Intensa Acumulação (ZEIA) permitiu compreender o Matopiba como uma fronteira marcada pela sobreposição de dinâmicas agroexportadoras e agroenergéticas, voltadas à inserção em cadeias transnacionais de valor. A presença decisiva do capital estrangeiro, como apontam Scoleso (2021) e Palacios (2021), evidencia o papel da classe capitalista transnacional na reorganização territorial e produtiva. Investimentos em biorrefinarias e no complexo agroenergético concentram-se em áreas com maior infraestrutura e potencial logístico, sobretudo na Bahia e no Maranhão, reforçando a seletividade espacial e a desigualdade regional.

A leitura de Harvey (2011) sobre os ajustes espaciais do capital ilumina esse processo, ao demonstrar que a expansão geográfica constitui uma estratégia de resposta às crises de valorização. No Matopiba, essa lógica se materializa na territorialização de corporações que utilizam terras e recursos naturais como suporte para cadeias globais de energia e alimentos. Ainda que legitimada pelo discurso da sustentabilidade, a transição energética não altera a estrutura produtiva dominante; ao contrário, amplia o alcance das contradições do modelo extrativista, intensificando conflitos socioambientais e socioterritoriais.

Assim, o Matopiba afirma-se como polo nacional e internacional, mas à custa da reprodução de assimetrias históricas. O crescimento observado reafirma seu caráter seletivo e subordinado à lógica do capital, revelando que prosperidade e exclusão caminham lado a lado. Muito além de encerrar o debate, este estudo aponta para a necessidade de aprofundar investigações que problematizem a lógica agroenergética em contextos periféricos, tensionando

as narrativas de desenvolvimento sustentável e evidenciando a persistência de modelos extrativos que fragilizam comunidades locais e comprometem o equilíbrio socioambiental do Cerrado.

### **Agradecimentos**

À minha orientadora, professora Fabiana Scoleso, pela orientação dedicada, escuta, apoio e por ampliar meu olhar e me apresentar ao que ainda pode ser. Ao Grupo de Estudos Globais e América Latina (GEGAL), este espaço de construção coletiva. Aos demais professores do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Tocantins pelo incentivo à uma formação crítica. Às amigadas que trazem leveza a este caminho. Ao apoio financeiro recebido do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

### **REFERÊNCIAS**

ALONSO SERNA, Lourdes; TALLEDOS SÁNCHEZ, Edgar (coords.). **Economía política de las energías renovables en América Latina**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2024. ISBN 978-987-813-866-4.

ALVES, Vicente Eudes Lemos; KLUCK, Erick Gabriel Jones. O espaço do centro-norte do Brasil (MATOPIBA): o avanço da economia agropecuário-energética e as ameaças aos territórios das populações agroextrativistas. **Revista Territorial (ISSN 2317-0360)**, v. 13, n. 2, p. 202-232, 2024.

CATAIA, Márcio; DUARTE, Luciano. Território e energia: crítica da transição energética. **Revista da ANPEGE**, 2022.

CONTRERAS, M. Os elementos teórico-metodológicos na análise do Espaço Global do Projeto Mesoamérica e a formação das ZEIAs do Corredor Interoceânico e a Península de Yucatán. In: PALACIOS, J; SCHWEITZER, A; ESTRADA, L. (Coords.). **Expansión del capital transnacional: desarrollo y resistencias**. Buenos Aires: CLACSO, 2023. p. 37-76. Talledos Sánchez, E., & Alonso Serna, L. (Coords.) (2024). *Economía política de las energías renovables en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO. ISBN: 978-987-813-866-4.

FERREIRA, A. C. **A luta pela energia: crise do capitalismo e a nova ofensiva por recursos naturais pós-2008**. *Le Monde Diplomatique Brasil*, [s. l.], 9 mar. 2016. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/crise-do-capitalismo-e-a-nova-ofensiva-global-pelos--recursos-naturais-pos-2008/>.

GUDYNAS, E. La ecología política de la integración: reconstrucción de la ciudadanía y regionalismo autónomo. In: ALIMONDA, H. (comp.). **Ecología política: naturaleza, sociedad y utopía**. Buenos Aires: Clacso, 2002. p. 137-152.

HARVEY, David et al. **O “novo” imperialismo: acumulação por espoliação**. *Socialist register*, v. 40, n. 1, p. 95-126, 2004.

MARQUES, Marta Inez Medeiros; ALVES, Vicente Eudes Lemos (org.). **A fronteira do Matopiba: as novas faces da expansão do capital e seus conflitos**. São Paulo: FFLCH/USP, 2024. ISBN 978-85-7506-512-9. DOI: 10.11606/9788575065129.

MELLO, Cecília C. A.; MALERBA, Julianna; TUPINAMBÁ, Soraya. Da transição energética à transição ecológica: a contribuição da justiça ambiental e um convite ao debate. Rio de Janeiro: **FASE**, 2024.

PALACIOS, J. La megaregión Arizona-Sonora y el Complejo Gran Carajás-São Luís. Dos Zonas Específicas de Intensa Acumulación (ZEIA) en los Espacios Globales para la expansión del capital transnacional de la frontera Estados Unidos-México y de la Amazonia. In: PALACIOS, J; SCHWEITZER, A; ESTRADA, L. (Coords.). *Expansión del capital transnacional: desarrollo y resistencias*. Buenos Aires: **CLACSO**, 2023. p. 77-10

PEREIRA, Caroline Nascimento; PORCIONATO, Gabriela Lanza; CASTRO, César Nunes de. **Aspectos socioeconômicos da região do Matopiba**. IPEA. 2018.

PORTO-GONÇALVES, C. W; LEFF, E. **A ecologia política na América Latina: a reapropriação da natureza, a reinvenção dos territórios e a construção da racionalidade ambiental**. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, [s. l.], v. 35, p. 65-88, 2015.

SÁ, H. A.; MORAIS, L.; CAMPOS, C. S. S. **Que desenvolvimento é esse? Análise da expansão do agronegócio da soja na área do Matopiba a partir de uma perspectiva furtadiana**. In: Congresso Nacional da Economia, 21., 2015, Curitiba. *Anais*. Curitiba: Corecon PR, 2015.

SCOLESO, F. **Transnacionalismo, agronegócio e agricultura 4.0: a nova fronteira da acumulação e os impactos nos mundos do trabalho**. In: PALACIOS, J; SCHWEITZER, A; ESTRADA, L. (Coords.). *Expansión del capital transnacional: desarrollo y resistencias*. Buenos Aires: **CLACSO**, 2023. p. 101-120.

SCOLESO, F. Classe capitalista transnacional e agronegócio – a nova fronteira da acumulação e os avanços destrutivos sobre a natureza, os territórios e os mundos do trabalho. **Anais do VI Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina**. 2021

SILVA, Paulo Renato; VIANNA, João Nildo Souza. **A região de MATOPIBA (Brasil) e o Nexus Água-Energia-Alimentos**. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 59, p. 338-353, jan./jun. 2022. DOI: 10.5380/dma.v59i0.78325. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/dma.v59i0.78325>

SVAMPA, M. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. **Observatorio Social de América Latina**, [s. l.], v. 13, n. 32, p. 15-38, 2012.